



Congresso recebe Orçamento da União para 2018

Projeto não inclui aumento do déficit fiscal para R\$ 159 bilhões. Governo terá que enviar atualização após senadores e deputados concluírem aprovação da nova meta

O Congresso recebeu ontem do Poder Executivo o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2018. A proposta não inclui o aumento do déficit público para R\$ 159 bilhões, como prevê o governo, porque falta votar dois destaques ao texto que altera a meta fiscal. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a votação dos destaques será concluída na terça-feira. Só então o governo poderá enviar

uma mensagem modificativa com o novo valor para o déficit.

De acordo com a proposta recebida pelo Congresso ontem, a inflação estimada para este ano é de 3,7% e a Taxa Selic deve ficar por volta de 10%. Para o final do ano que vem, o governo prevê inflação um pouco maior, de 4,2%. Já a Taxa Selic deve cair para 8%. Ainda segundo o projeto, o PIB deve crescer 2% em 2018 e 2,5% em 2019. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mostra é fruto de parceria da Casa com o Museu Nacional da República

Senado expõe discursos do Parlamento do Império

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, abriu ontem a exposição *As Fallas do Throno*, com manuscritos de discursos feitos durante a abertura e o encerramento da Assembleia-Geral — o Parlamento do Império

—, que ficará à disposição do público até 2 de outubro no Salão Negro do Congresso. Para Eunício, “trata-se de um conjunto único e original, que retrata o pensamento político da monarquia brasileira”. **2**

Marcada para terça votação da nova taxa de juros do BNDES

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, marcou para terça-feira a votação da medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) para a correção de financiamentos do BNDES, substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir de 1º de janeiro de 2018.

Na quarta-feira, a medida foi aprovada na Câmara dos

Deputados. O texto foi lido ontem no Plenário do Senado e, na segunda, haverá uma nova sessão para contar prazo antes da votação.

A oposição afirma que a MP pode dificultar o crédito e prejudicar o papel de fomento do BNDES. Para o governo, a medida deve contribuir para a redução dos juros e o controle da inflação. **3**

Indicação de embaixadores segue para Plenário

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem a indicação do diplomata Agemar Sanctos para o cargo de embaixador do Brasil na Armênia. Para ele, a agricultura pode ajudar a estreitar os laços entre os dois países.

A comissão também aprovou a indicação do diplomata Laudemar Gonçalves Neto para a chefia da representação brasileira no Suriname. As duas indicações precisam ser votadas pelo conjunto dos senadores. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Agemar Sanctos, senador Antonio Anastasia, que presidiu a reunião, e Laudemar Gonçalves Neto, durante a sabatina

Delegados querem acesso a informações virtuais

O presidente da CPI dos Maus-Tratos, Magno Malta, anunciou ontem que operadoras de telefonia e de internet serão convocadas para dar esclarecimentos sobre atrasos e negativas de entrega de dados de usuários investigados por crime de pedofilia à polícia. A comissão ouviu ontem dois delegados da Polícia Civil, que se queixaram de obstáculos para acesso a dados necessários às investigações. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Medeiros, relator da CPI, Malta, presidente, e o delegado Lorenzo Pazolini

Síndicos pedem regulamentação da profissão

Em audiência da Comissão Senado do Futuro realizada ontem, síndicos profissionais destacaram a necessidade de revisar a legislação existente para aperfeiçoar a administração dos condomínios. Para a síndica Landejaine Maccori, a tarefa exige qualificação profissional e dedicação exclusiva. **4**

PEC do Simples Municipal vai a segundo turno

A proposta de emenda à Constituição que cria o Simples Municipal está pronta para ser votada em segundo turno. A fase de discussão foi encerrada ontem. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que o texto estará na ordem do dia da próxima sessão deliberativa. **3**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



Senado expõe manuscritos de discursos do Império

Documentos registram falas de abertura e encerramento da Assembleia-Geral — as chamadas falas do trono — entre 1826 e 1889; entre eles, o discurso da princesa Isabel sobre o fim da escravidão

FOI ABERTA ONTEM a exposição *As Fallas do Trono*, com 73 manuscritos originais de discursos feitos na abertura e no encerramento das sessões legislativas da Assembleia-Geral, o Parlamento do Império, entre 1826 e 1889.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, abriu a exposição observando que os manuscritos são uma parte importante do acervo histórico e documental da Casa, com informações cruciais sobre a vida política do império. Ele enfatizou que a série de discursos integra desde 2014 o Programa Memórias do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

— Trata-se de um conjunto único e original, que retrata o pensamento político da monarquia brasileira. O Senado é o guardião da memória legislativa do país e cumpre a missão de preservar o seu legado histórico. Hoje toda memória do Senado Federal é gerenciada com tecnologia de ponta e técnicos muito bem qualificados — afirmou o presidente da Casa, para quem



Na abertura da exposição, Sarney diz que o Senado “guarda um tesouro”

“um povo sem memória não tem como compreender o seu presente”.

Convidados

Além de Eunício, participaram da cerimônia o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o ex-presidente do Senado e da República José Sarney, o embaixador de Portugal, Jorge Cabral, o curador artístico e coordenador do Museu Nacional do Conjunto Cultural da República, Wagner Barja, o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, a diretora-geral, Ilana Trombka, e a chefe do Serviço de Arquivo Histórico, Rosa Vasconcelos, além de prefeitos e vereadores do Ceará.

José Sarney afirmou que

os discursos tratam de temas importantes, como a promoção da democracia, os direitos humanos e o livre comércio.

— O Senado guarda um tesouro. É a história do Brasil desdobrada nas propostas e no debate dos problemas do país.

Após a leitura de trechos de alguns discursos — como o da princesa Isabel sobre o fim da escravidão — Rosa Vasconcelos agradeceu o trabalho das equipes responsáveis pela mostra.

A exposição foi aberta no Salão Negro do Congresso Nacional e ficará à disposição do público até 2 de outubro, inclusive nos fins de semana.

Encarte sobre as falas do trono: <http://bit.ly/FalasoTrono>

Vanessa: acusadores do impeachment são hoje os acusados

Um ano após o impeachment de Dilma Rousseff, seus acusadores se encontram na condição de acusados, disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Aquele que mais falava grosso no combate à corrupção é que foi pego. Não a partir de denúncias vazias, mas de investigações recheadas de provas — disse ela, referindo-se às gravações de Joesley Batista com Aécio Neves (PSDB-MG) e o presidente Michel Temer.



Waldemir Barreto/Agência Senado

“Golpe resultou em ano catastrófico”, diz Fátima Bezerra

“Um ano depois, o país não recebeu aquilo que foi prometido por quem apoiou o impeachment: estabilidade política, pacificação social e retomada da confiança e do crescimento”, avaliou Fátima Bezerra (PT-RN). Para a senadora, o resultado é catastrófico.

— Fica cada dia mais claro que o impeachment foi um golpe não apenas contra Dilma, mas contra as conquistas sociais da última década.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Rocha, piadas com André Fufuca são preconceituosas

Roberto Rocha (PSB-MA) disse que as piadas com o presidente interino da Câmara, deputado André Fufuca (PP-MA), revelam “a sanha preconceituosa que os nordestinos costumam sofrer”. Rocha explicou que Fufuca é um “apelido carinhoso de família”, que ressalta sua juventude. Ele lembrou que o parlamentar de 28 anos, que é médico, foi eleito deputado estadual com 21 anos, o mais jovem do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sancionada lei que disciplina registro de garantias financeiras

O presidente Michel Temer sancionou sem vetos a Lei 13.476/2017, que obriga o registro dos bens dados em garantia nas operações realizadas no mercado financeiro, independentemente da natureza do negócio.

O texto é resultado da conversão da Medida Provisória 775/2017, aprovada no Senado em 16 de agosto.

Os ativos constituídos são os dados pelo devedor ao credor como garantia de uma operação.

Lasier pede a Temer manutenção de incentivos para o cinema nacional

Lasier Martins (PSD-RS) apelou ontem para que Michel Temer mantenha a Lei do Audiovisual, com mecanismos para financiar o cinema, como pediram na semana passada cineastas presentes no 45º Festival de



Gerardo Magela/Agência Senado

Cinema de Gramado. — O cinema brasileiro é atualmente atividade de pleno emprego e de alta produtividade. A Carrota de Gramado pede a prorrogação da Lei do Audiovisual e do Recine.

Pedro Chaves comemora os 118 anos da fundação de Campo Grande

Pedro Chaves (PSC-MS) comemorou os 118 anos de Campo Grande. O senador lembrou que a capital sul-mato-grossense foi fundada em 1872 e emancipada em 1899.

— Campo Grande ocupa o



Waldemir Barreto/Agência Senado

quarto lugar em qualidade de vida entre 21 capitais do país. Não menos importante é o fato de a cidade ter conquistado o IDH da ordem de 0,78, muito superior à maioria das cidades do Brasil.

Maranhão expressa pesar pela morte de dom José Maria Pires, o dom Pelé

O senador José Maranhão (PMDB-PB) apresentou ontem voto de pesar pela morte de dom José Maria Pires, arcebispo emérito da Paraíba.

Dom Pelé, como era conhecido, tinha 98 anos e morreu



Gerardo Magela/Agência Senado

domingo em Belo Horizonte. Dom Pelé foi, ao lado de dom Hélder Câmara (1909-1999), um dos líderes da chamada ala progressista da Igreja Católica durante a ditadura.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberaiva

9h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Medida com nova taxa de juros do BNDES será votada na terça-feira

A MP cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) para financiamentos do banco. Governo afirma que mudança ajudará no controle da inflação

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, agendou para terça-feira a votação da medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) como a nova referência nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a partir de 1º de janeiro de 2018.

A MP 777/2017 foi aprovada quarta-feira pela Câmara com modificações e, por isso, passou a tramitar como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2017. Ontem, o texto foi lido no Plenário do Senado. Outra sessão está marcada para segunda-feira. Assim, fica respeitado o acordo que estabelece prazo mínimo de duas sessões para que os senadores se informem sobre a proposta. A MP perderá a eficácia caso não seja aprovada no Senado até o dia 7 de setembro.

Cálculo

A TLP terá como base juros de mercado vinculados a um título do Tesouro Nacional (NTN-B) mais a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Atualmente, a TJLP é calculada trimestralmente com base



Eunício Oliveira (C) abre a ordem do dia ontem. Sessão contou prazo para a votação da medida provisória

na meta de inflação futura para os 12 meses seguintes e em um prêmio de risco definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Controle da inflação

O governo argumenta que a mudança diminuirá o aumento da dívida pública, contribuindo para a queda dos juros e o controle da inflação, pois uma das formas de o Tesouro Nacional financiar os empréstimos do BNDES é emitir títulos remunerados pela taxa Selic, maior que a TJLP, e destinar os recursos captados ao banco, que os empresta a uma taxa menor. Atualmente, a diferença subsidiada é de 2,25% (Selic a 9,25% e TJLP a 7%).

Outros objetivos, segundo o Poder Executivo, são tornar a taxa mais previsível para os tomadores de empréstimo, aumentar a participação dos bancos privados em financiamentos de longo prazo e limitar os subsídios à taxa a casos previstos diretamente no Orçamento.

Senadores da oposição criticam a medida com o argumento de que a TLP encarecerá o crédito de longo prazo no Brasil, afetando a indústria e a infraestrutura.

Mudanças

A MP previa que a taxa de juros usada na TLP seria fixada para o início de cada mês a partir de um cálculo que leva em conta os títulos com ven-

cimento de cinco anos.

A Câmara alterou a forma de cálculo da taxa. Em vez de apuração mensal, ela levará em conta a média aritmética simples das taxas diárias nos três meses anteriores à sua definição.

No momento do empréstimo junto ao BNDES, a taxa vigente no mês valerá para todo o período da operação contratada, à qual se somará a variação do IPCA. Assim, se as taxas do título NTN-B subirem no futuro, isso não será repassado ao empréstimo.

A medida provisória prevê que a transição da TJLP para a TLP nas operações do BNDES será gradual ao longo de cinco anos.

Com Agência Câmara

Renan afirma que delação atende interesses políticos

Renan Calheiros (PMDB-AL) lamentou que a colaboração premiada venha sendo desvirtuada para atender interesses pessoais e políticos.

Depois da divulgação de todas as informações, disse o senador, cabe ao Judiciário verificar se as delações procedem e, em muitos casos, essas são revistas.

Renan lamentou a dificuldade encontrada para obter o direito de resposta.

— Daí a necessidade de pensar no aperfeiçoamento do instituto da colaboração premiada que, bem conduzida, produz excelentes resultados.

Raupp: políticas de fronteiras têm que ser integradas

O desenvolvimento e a integração das fronteiras transnacionais precisam ser tratados com troca de informação e experiências entre diversos setores, mas com ações distintas, considerando as realidades locais. Essa diretriz foi defendida ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO).

— Não basta uma visão central, uniformizadora; é necessária uma visão local para que somente então se vislumbrem resultados regionais e nacionais satisfatórios — disse o senador.

PEC do Simples Municipal está pronta para 2º turno de votação

A Proposta de Emenda à Constituição 77/2015, que cria o Simples Municipal, está pronta para ser votada em segundo turno. A fase de discussão foi encerrada ontem, e o presidente do Senado, Eunício

Oliveira, informou que o texto estará na ordem do dia da próxima sessão deliberativa.

A PEC, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), simplifica a prestação de contas de municípios de menor porte. A expectativa

é de que a proposta simplificará o funcionamento de mais de 60% das administrações de cidades com até 15 mil habitantes.

Já a PEC 4/2017, que proíbe filiação partidária nos dois

anos anteriores à posse de membros da Justiça Eleitoral, passou pela quinta sessão de discussão e está pronta para votação em primeiro turno. A proposta é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para diplomata, agricultura pode estreitar laços com a Armênia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Agemar Sanctos para chefiar a embaixada em Yerevan, a capital da Armênia. A indicação agora segue para o Plenário.

Durante a sabatina, Sanctos destacou que a atual orientação econômica da Armênia prioriza, entre outros setores, o desenvolvimento da agricultura.

— E eles reconhecem no

Brasil um país com tecnologia de ponta no agronegócio — revelou.

A área da tecnologia da informação já responde por cerca de 20% do produto interno bruto. O diplomata reconheceu que o intercâmbio comercial Brasil-Armênia ainda é pequeno, cerca de US\$ 40 milhões por ano, mas as exportações brasileiras respondem por 95% desse fluxo e a tendência tem sido de

crescimento consistente desde 2006, quando a embaixada na Armênia foi aberta.

— Minha obrigação é viabilizar as missões comerciais. Antes da embaixada, o fluxo não alcançava US\$ 1 milhão por ano — afirmou.

Sanctos apontou que, além de ser a principal parceira comercial da Armênia, a Rússia abriga cerca de 1,5 milhão de trabalhadores armênios,

responsáveis por um quinto da entrada de divisas no país.

— A Armênia evoluiu muito na área da energia graças ao gás russo, por meio do gasoduto que atravessa a Geórgia.

De acordo com o diplomata, no campo político, a Rússia mantém uma base militar em território armênio que é muito valorizada por razões de segurança nacional.

Em relação à inserção internacional da Armênia, Sanctos destacou a recente aproximação com a União Europeia, que ele avalia como “muito hábil” no contraponto com a influência russa.

A CRE também aprovou a indicação do diplomata Laudemar Gonçalves Neto para a chefia da representação brasileira no Suriname, que segue para o Plenário.

Armênia

- » Área: 29.743 km²
- » Capital: Yerevan
- » População: 2,99 milhões
- » PIB per capita: US\$ 3.602
- » Exportações brasileiras: US\$ 1,483 milhão
- » Importações brasileiras: US\$ 3,257 milhões

Suriname

- » Área: 163,820 km²
- » Capital: Paramaribo
- » População: 563 mil
- » PIB per capita: US\$ 9.212
- » Exportações brasileiras: US\$ 38,43 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 1,12 milhão

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Congresso recebe projeto do Orçamento 2018

Proposta da Lei Orçamentária Anual foi enviada com previsão defasada de déficit, já que a votação da nova meta fiscal ainda não foi concluída

O CONGRESSO RECEBEU ontem o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018, elaborado pelo Poder Executivo. Na proposta (PLN 20/2017), ainda consta a meta de resultado primário com déficit de R\$ 129 bilhões, previsão já alterada pelo próprio governo para R\$ 159 bilhões negativos. O documento prevê um crescimento de 2% do produto interno bruto (PIB) em 2018 e de 2,5% em 2019.

Pela projeção do governo, o ano de 2017 terminará com inflação de 3,7% e taxa Selic por volta de 10%. Para o fim de 2018, a inflação prevista é de 4,2% e a Selic, de 8%. O governo federal espera ainda que o dólar fique por volta de R\$ 3,40 no fim de 2018. A receita total da União para 2018 será de R\$ 3,6 trilhões, segundo o documento, sendo o orçamento fiscal de R\$ 1,43

trilhão e o orçamento para investimentos de R\$ 68,8 bilhões.

Deficit

Desta vez, o Legislativo recebeu a proposta de Orçamento com a previsão de receita e despesa defasada, uma vez que o Congresso ainda não terminou de aprovar o projeto que atualiza a meta fiscal, modificando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e de 2018. O texto principal foi aprovado na madrugada de ontem, mas ainda faltam dois destaques, que serão votados

na próxima semana.

Após a aprovação da nova meta, o governo deve mandar uma mensagem modificativa ao projeto da LOA. Ou seja, o Orçamento ainda vai mudar consideravelmente em relação à versão entregue ontem, que atende ao prazo de entrega previsto.

A revisão aumenta a meta fiscal de 2017 e 2018 para déficit de R\$ 159 bilhões em cada ano. A meta anterior era de R\$ 139 bilhões para este ano e de R\$ 129 bilhões para 2018.

O governo alega que a mu-

dança é necessária porque as despesas obrigatórias estão crescendo, enquanto as receitas estão em queda, colocando em xeque as metas atuais das LDOs. Desde 2016, os gastos obrigatórios estão acima da receita líquida da União.

Na terça-feira, a Secretaria do Tesouro Nacional divulgou o resultado primário do governo. Nos 12 meses encerrados em julho, o saldo das contas é negativo em R\$ 183,7 bilhões. É o pior desempenho da série histórica das contas primárias, iniciada em 1997.

A última vez que o governo fechou as contas com superávit primário foi em 2013. Naquele ano, o saldo primário ficou positivo em R\$ 75,3 bilhões. No ano passado, o déficit primário chegou a R\$ 159,5 bilhões.

O acúmulo de déficits primários tem como principal consequência a elevação do endividamento público. A dívida bruta do governo federal saltou de 49,3% do PIB, em 2013, para 69,1% do PIB em junho, percentual que equivale a R\$ 4,4 trilhões. A dívida bruta é o conceito mais amplo sobre o endividamento do governo e inclui, entre outras, as dívidas mobiliária e bancária e as operações compromissadas do Banco Central.

A Lei Orçamentária contém a previsão de receita que deve ser arrecadada pelo governo durante o ano e fixa o mesmo valor como teto máximo para as despesas a serem executadas. Segundo a Constituição, o projeto deve ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto e votado até 22 de dezembro.

Com Agência Câmara

Nova meta fiscal está “automaticamente aprovada”, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que o Congresso foi o “vitorioso” da longa sessão da véspera, em que foi aprovada a nova meta fiscal do governo, de R\$ 159 bilhões para 2017 e também para 2018. Segundo ele, embora dois destaques não aprovados obriguem o governo a encaminhar, na proposta de Orçamento para o próximo ano, a meta antiga de R\$ 129

milhões, a nova meta estará “automaticamente aprovada” na terça-feira, quando o Congresso deve se reunir para votar os destaques restantes.

— Embora com esta cara de cansado, saímos daqui às 4h30 da manhã, ontem cumprimos mais uma vez o papel do Congresso com o país. Não é o governo que saiu vitorioso dessa empreitada. Foi o Congresso Nacional, que debateu a matéria.

Eu tive a paciência de votar, votando individualmente e nominalmente, com encaminhamento de bancada, com encaminhamento de líder, nem devia ter feito, mas fiz questão, por ser um democrata. Acho que a oposição tem que cumprir seu papel. Ficaram apenas dois itens pendentes que não interferem em nada.

Eunício acredita que na terça a votação será concluída.

CPI dos Maus-Tratos vai ouvir operadoras de telefonia e internet sobre pedofilia

Operadoras de telefonia e internet serão convocadas pela CPI dos Maus-Tratos para dar esclarecimentos sobre atrasos e mesmo negativas de entrega de dados de usuários requisitados por autoridades policiais que investigam crimes de pedofilia. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da comissão de inquérito, Magno Malta (PR-ES), durante audiência em que delegados se queixaram de obstáculos para acesso a dados necessários às investigações.

Um dos convidados foi o delegado da Polícia Federal Flávio Palma Setti, que coordenou a segunda fase da Operação Glasnost, deflagrada em julho, destinada a combater a exploração sexual de crianças

e o compartilhamento de pornografia infantil pela internet. Nas duas fases, foram presas em flagrante 65 pessoas. Os pedófilos usavam site de pornografia baseado na Rússia. O outro foi Lorenzo Pazolini, da Polícia Civil do Espírito Santo.

Setti disse que houve avanços com as alterações legislativas promovidas a partir da CPI da Pedofilia, encerrada em 2010. Uma das inovações permitiu aos próprios delegados, sem prévia autorização judicial, requisitar dados cadastrais dos usuários às operadoras de serviços de telefonia e internet, com exceção de conteúdos de conversas e mensagens eletrônicas. Porém, observou Setti, ainda há muita dificuldade

para o efetivo recebimento das informações, problema que ocorre também em relação às redes sociais, como o Facebook.

— Várias operadoras não cumpriram o exigido e foram condenadas a pagar milhões em multas pela demora ou não fornecimento de dados.

Novo crime

Para Pazolini, o problema precisa ser enfrentado por meio da tipificação de crime específico para a negativa de atendimento às requisições da polícia.

Setti observou ainda que, ao fazer o cadastro nas redes sociais, os usuários nem sempre registram dados verdadeiros.



Pazolini, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente de Vitória

Para ele, o mais importante seria assegurar diretamente aos delegados poder para requisitar quais endereços IPs (identificação de cada computador na internet) o investigado usa.

Malta lembrou que, durante a CPI da Pedofilia, foi necessário

determinar a condução coercitiva do principal executivo do Google no Brasil para depor.

José Medeiros (Pode-MT), relator da CPI dos Maus-Tratos, reiterou que um dos principais objetivos do colegiado é o aprimoramento da legislação.

Síndicos propõem regras para a profissionalização da função

A profissionalização da atividade de síndico e uma legislação para aperfeiçoar a administração dos condomínios que atenda as demandas sociais dos moradores foram apontadas como prioridades em audiência pública promovida ontem pela Comissão Senado do Futuro (CSF).

O debate foi o primeiro de uma série para discutir o papel do síndico. A iniciativa é do presidente da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF).

— É preciso qualidade na gestão para que os objetivos comuns sejam alcançados com o menor custo possível

e nesse processo, o papel do síndico se transforma em algo que requer a combinação de liderança e representação dos anseios dos condôminos — disse o senador.

A consultora de gestão con-

dominial Landejaine Maccori destacou as dificuldades da tarefa do síndico que, para ela, exige qualificação profissional e dedicação exclusiva.

— O síndico deve optar por trabalhar representando a si

próprio. Atuando na qualidade de legítimo representante do condomínio. Não queremos empresas gestoras terceirizando síndicos, este é um trabalho que precisa defender os interesses dos condôminos.

de negócios imobiliários, engenharia, administração ou direito. Ele defende que o síndico seja ficha limpa e filiado a um órgão de classe como o Conselho Regional de Administração.

O representante do Ministério do Trabalho, Sérgio Barreto, explicou aos participantes da audiência como pode ser desenvolvido esse processo de profissionalização.

O representante da OAB-DF, Anderson Machado, falou sobre a resolução de conflitos e orientou sobre a responsabilidade jurídica do síndico e dos seus colaboradores.



Landejaine Maccori fala em audiência presidida por Hélio José (3º à esq.)